

**Brasileiros na França: o exílio segundo a visão do Centro de Informações do Exterior
(CIEEX) entre 1966 e 1968**

Paulo César Gomes¹

Resumo:

Este artigo analisa a percepção do CIEEX, órgão de informações atuante na ditadura militar, sobre os exilados brasileiros que chegaram à França nos primeiros anos após o golpe de 1964. Este grupo era composto, sobretudo, por figuras políticas de esquerda, além de jornalistas e intelectuais, que tinham em comum a proximidade com o poder destituído. O CIEEX tinha a função especializada de produzir informações sobre assuntos estrangeiros, assim, a produção de informações dedicadas à espionagem política de brasileiros que buscavam denunciar no exterior as práticas repressivas sempre foi muito significativa. A França foi um dos países que realizou uma das maiores políticas de recepção de exilados. No entanto, exilar-se não figurou a possibilidade do exercício pleno das liberdades políticas naquele país, já que o aparato repressivo brasileiro mantinha os exilados sob vigilância constante.

Palavras-chave: ditadura militar, exílio, espionagem.

Abstract:

This article examines the perception of CIEEX, intelligence agency of the military dictatorship, about Brazilian exiles who arrived in France in the early years after the 1964 coup d'état. This group was composed mainly by leftist political figures, as well as journalists and intellectuals who were close to the deposed government. The CIEEX had a specialized function to produce information about foreign affairs, thus the production of information devoted to political espionage of Brazilians who denounced abroad the repressive practices was always very significant. France was one of the countries that held one of the largest receiving policy of exiles. However, the exile didn't mean the possibility of the full exercise of political freedoms in that country, since the Brazilian repressive apparatus kept the exiles under constant surveillance.

Key-words: military dictatorship, exile, espionage.

¹ * Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ).

Em 1966, o economista Celso Furtado, que havia tido seus direitos políticos cassados dois anos antes pelo regime militar, estava em Paris. Suas qualidades intelectuais e suas realizações técnicas já eram reconhecidas internacionalmente, portanto ele era tratado com respeito pelas autoridades francesas. Naquele período, ele vivia fora do centro de Paris, havia conseguido um emprego em um canal da televisão francesa, com a aprovação do presidente Charles de Gaulle, e preferia evitar o contato com outros exilados brasileiros naquele país (CIEX, 25/07/1966, BR_AN_BSB_IE_001_003, p. 56).²

O advogado e ex-deputado federal da Guanabara pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Max da Costa Santos, também vivia em Paris e acabara de passar por uma intervenção cirúrgica em decorrência de um câncer de pulmão. Embora não mantivesse contato direto com a realidade política brasileira, falava frequentemente de uma “revolução iminente” no país e destacava-se pelas palestras que proferia, sobretudo no meio universitário, a respeito da situação político-social no Brasil. Em abril de 1967, ele teria realizado uma conferência intitulada “As contradições da sociedade brasileira contemporânea”, patrocinada pelo Centre Universitaire Franco-Latino-Américain (UNIFLAC) e pelo Centre d’Etudes Brésiliennes (CEB), que ocorreu na sede do Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine (IHEAL).³ Ele atuava como professor da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Bordeaux, no sudoeste da França. Além disso, ele – que seria o informante de Leonel Brizola naquele país – tinha uma relação muito próxima com o jornalista Samuel Wainer, que também se encontrava em Paris. Em 1967, por exemplo, Max da Costa Santos teria viajado de Paris à Havana para a conferência da Organização de Solidariedade para os povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), como representante de Brizola (CIEX, 25/07/1966, BR_AN_BSB_IE_001_003, p. 55; CIEX, 27/06/1967, BR_AN_BSB_IE_002-006, p. 50).

No início de 1968, Max da Costa Santos solicitou ao ministro das Relações Exteriores, por meio de uma carta enviada por sua esposa, um passaporte brasileiro para

² Os documentos citados fazem parte do fundo documental do Centro de Informações do Exterior que, atualmente, está sob a guarda do Arquivo Nacional. As referências aos documentos utilizados serão citadas no corpo do texto.

³ O Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine teve com um dos seus fundadores o intelectual brasileiro, também exilado na França, Josué de Castro.

que pudesse mudar para Santiago do Chile. O motivo alegado foi a cirurgia de pulmão à qual se submetera dois anos antes e que, pela fragilidade de sua saúde, ele não resistiria ao inverno europeu. A concessão do passaporte foi autorizada pelo presidente da República, no entanto, o CIEX desconfiou dos motivos do pedido e criticou o ato de Costa e Silva. Como o requerimento só fora feito no final do inverno parisiense, o órgão suspeitou de que a razão da viagem seria o exercício de atividades políticas e não a proteção de sua saúde (CIEX, 01/04/1968, BR_AN_BSB_IE_003_004, p. 3-4).⁴

Já Violeta Gervaiseau Arraes, irmã do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, exilado na Argélia, era quem liderava as atividades de oposição ao governo brasileiro no território francês. Ela procurava adotar ideias cristãs progressistas, na mesma linha seguida pela Ação Popular, e promovia em sua própria casa, localizada em uma das regiões mais nobres de Paris, encontros entre os brasileiros exilados. Também teria se dedicado ao acolhimento de brasileiros que estavam de passagem por Paris para irem à China comunista. Ela seria a responsável por fornecer-lhes alojamento, dinheiro, instruções e passaportes falsos. Violeta se tornara uma espécie de porta-voz de Miguel Arraes e suas atividades teriam como objetivo “o retorno das esquerdas ao poder no Brasil” (CIEX, 24/11/1967, BR_AN_BSB_IE_002-011, p. 33-34).

O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX)

No período do regime militar, partir para o exílio não significou sair da esfera de controle do aparato repressivo brasileiro. As passagens narradas acima demonstram que o CIEX monitorava detidamente os exilados. Além disso, o órgão recolhia informações estratégicas relacionadas à política, à economia e às questões militares de países que interessavam ao Brasil. Também era usual que acompanhasse a imprensa estrangeira e as publicações dos próprios exilados. No entanto, a produção de informações dedicadas à espionagem política de brasileiros vivendo no exterior, principalmente os que buscavam denunciar a tortura e as demais práticas repressivas, sempre foi mais numerosa e significativa. Nesse sentido, a importância das observações do CIEX sobre determinado

⁴ No primeiro semestre de 1968, Leonel Brizola, indo para a Escócia, passou por Paris com a intenção de visitar Max da Costa Santos. Ver CIEX, 21/06/1968, BR_AN_BSB_IE_003_006, p. 67.

país era diretamente proporcional à presença de brasileiros naquela localidade. Isso se evidencia, por exemplo, no aumento da produção de informações sobre países europeus à medida que os brasileiros chegavam ao continente, principalmente após o golpe no Chile.⁵

O Sistema Nacional de Informações (SISNI) começou a ser montado em 1964 com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). O órgão, estruturado a partir de um projeto de Golbery do Couto e Silva, surgiu para atender à necessidade de consolidar o novo regime. Em pouco tempo, o SNI passou a ter muitos privilégios na esfera governamental e se tornou o órgão central do sistema. Seu primeiro chefe foi o próprio Golbery, que ganhou o *status* de ministro de Estado. O Serviço dispunha de fartos recursos e não sofria nenhum tipo de controle externo, além de que todos os seus atos poderiam ser feitos sem a necessidade de publicação, ao contrário do que ocorria com os outros órgãos do poder público.⁶

Nos anos seguintes, o SNI começou a se ramificar, inserindo-se em todas as áreas da administração pública. Dentro dessa lógica, o CIEX foi criado em 1966, por meio de uma portaria secreta assinada pelo secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa. O órgão, que não constava no organograma oficial do Ministério das Relações Exteriores, estava vinculado a este ministério, mas era subordinado ao SNI. Tinha a função especializada de produzir informações sobre assuntos estrangeiros e seus funcionários eram diplomatas de vários escalões radicados em diversos países. Afora alguns poucos e importantes trabalhos, o CIEX ainda não foi objeto de estudos mais aprofundados. O mistério e a desinformação em torno do órgão são ainda bastante grandes que, em publicações e mesmo em trabalhos acadêmicos, a sigla é erroneamente identificada como Centro de Informações do Exército, que vem a ser o CIE.

As antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis passariam a se chamar Divisões de Segurança e Informações (DSI) e seriam instaladas em todos os treze

⁵ Sobre o CIEX, ver PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986). In: FICO, C. (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 163-172; *Id.* Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX) - O elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 79-92, 2008.

⁶ Sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de informações do regime militar brasileiro ver FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Ver também FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ministérios existentes naquele momento. As DSI eram subordinadas tanto ao titular da pasta como ao próprio SNI. Os ministérios militares também possuíam órgãos de informações em sua estrutura, porém, ao contrário dos outros citados, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) não se restringiam às atividades de espionagem, mas também efetuavam operações de segurança. Todos esses órgãos reunidos e articulados formavam o que se usou denominar “comunidade de informações”.

Sob o comando do presidente Médici, o SNI passou a ser não apenas um órgão voltado para busca e análise de informações, mas, do mesmo modo, tinha a incumbência de estudar os problemas do país nas áreas política, econômica e social. Não tardou para que o Serviço se convertesse em uma referência para o presidente em quase todos os assuntos. Uma característica do SISNI foi que, além de invadir a vida privada de supostos “subversivos” no Brasil e, muitas vezes, no exterior, manteve íntimas relações com outras instâncias da repressão, como é o caso da polícia política e da censura.⁷

Nota-se que, paulatinamente, o CIEIX foi desenvolvendo um sofisticado aparelho de coleta, análise e distribuição de informações referentes a atividades políticas, intimidades e relações pessoais de exilados (PENNA FILHO, 2004, p. 166). Os estrangeiros que se empenhavam em atividades de oposição ao regime no exterior e no território nacional também foram vigiados e uma das formas de controle utilizadas pelo Itamaraty com relação a eles é observada em uma rígida política de concessão de vistos (SETEMY, 2013, p. 120).

Contudo, mesmo antes da criação do CIEIX, o Itamaraty e os diplomatas já tinham um tradicional e consolidado envolvimento com a produção de informações para monitorar brasileiros que viviam no exterior. A partir da década de 1930, já se observava o esforço do Poder Executivo brasileiro, em conjunto com outros governos sul-americanos, em criar um serviço de informações que ultrapassasse as fronteiras do país. E, desde então, a

⁷ Sobre o relacionamento dos órgãos de informações com a censura ver MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Com relação à polícia política ver LONGHI, Carla Reis. *Ideias e práticas do aparato repressivo: um olhar sobre o acervo do Deops/SP – a produção do SNI em comunicação com o Deops/SP*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

diplomacia brasileira começou a servir como mediadora dessas trocas de informações.⁸ Esta visão se contrapõe à perspectiva de que o Itamaraty servia apenas a interesses atemporais e suprapartidários e que não teria colaborado com o lado mais obscuro do regime militar.⁹

Na ditadura, as trocas de informações diplomáticas, por meio de telegramas, despachos e ofícios, passaram a servir como um instrumento do aparato repressivo em seu objetivo de combate ao comunismo internacional. Os diplomatas colaboravam com o sistema exercendo atividades rotineiras, como a redação de informes sigilosos sobre o dia-a-dia de brasileiros exilados no exterior. Além disso, advogavam em foros internacionais a necessidade de ações repressivas conjuntas contra o suposto “perigo comunista”. O Itamaraty passou a atuar como um agente de informações do Estado. Portanto, um dos propósitos deste texto é averiguar como funcionava este órgão de informações ligado ao MRE e em que medida suas atividades contribuíram para a repressão naquele momento. Partimos da perspectiva de que o funcionamento das instituições não está, necessariamente, submetido à mesma periodização dos regimes políticos. E a historiografia brasileira ainda é bastante incipiente no que se refere a estudos nuançados sobre instituições civis atuantes no regime militar. No caso do Itamaraty, ainda prevalecem as leituras enaltecidas de seu pretense caráter inabalavelmente democrático e imune às ideologias e aos interesses específicos dos sucessivos governos.

Quando se iniciou o processo gradual de abertura política, no governo de Ernesto Geisel, embora os órgãos da estrutura repressiva tenham sido paulatinamente desarticulados, as atividades do CIEX não foram afetadas e ele continuou funcionando sem interrupção e se reportando diretamente aos outros componentes da comunidade de informações. O órgão atuava com muita autonomia dentro do Itamaraty e mesmo sendo o seu quadro composto por servidores do MRE, ele era subordinado ao SNI.

⁸ O tema é tratado na tese de doutorado SETEMY, Adrianna Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. 2013. 341 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁹ Ver BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do barão (1912-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, volume I; *Id.. Os sucessores do barão (1964-1985)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006, volume II.

A manutenção de um serviço de informações vigoroso era vista como indispensável por grande parte do governo. Uma das primeiras medidas de Geisel foi nomear o ex-chefe do Gabinete Militar de Médici, João Figueiredo, para dirigir o SNI. Este conhecia como poucos os meandros da repressão e, mesmo que sua tarefa fosse controlar o serviço secreto na abertura, ele atuou continuamente para preservar e valorizar a comunidade de informações.

Ao se ler os documentos produzidos pelos espões, torna-se claro o seu empenho em multiplicar os perigos que estariam ameaçando a segurança do Brasil. Esforçavam-se para estimular o aumento da repressão e também para legitimar a sua própria permanência. Nesse sentido, o SNI atingiu o ápice de seu funcionamento durante o governo de Figueiredo, sendo considerado um quarto poder naquele período. No entanto, o discurso radical da comunidade de informações já estava bastante desacreditado. Ainda assim, o CIEX foi extinto apenas em 1985 e o SNI, cinco anos depois, pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

Os documentos do CIEX – fruto do trabalho de profissionais especializados – tinham caráter sigiloso e são, em sua maioria, relatórios sintéticos e analíticos, sem autoria definida. Por meio da leitura desses papéis, é possível observar o resultado de uma prática realmente metódica de indivíduos que faziam funcionar um complexo sistema cuja função era não apenas recolher informações, mas também produzir convicções que justificassem a perseguição aos seus adversários.

O tema do exílio na França não era muito frequente no momento da criação do órgão, em 1966, até aproximadamente 1968, ano da decretação do AI-5, com um aumento significativo após 1973. Daquele ano em diante, veem-se proliferar informações sobre o cotidiano dos exilados no território francês. Isso se deve à maneira como se deu o fluxo de exilados em direção à Europa, o que será discutido adiante.

Os relatórios, em sua maior parte, iniciam-se com um cabeçalho padrão do qual constam o grau de sigilo, a data, o assunto, os órgãos para onde seriam distribuídos e, ainda, a avaliação do grau de confiabilidade das informações ali veiculadas. Com relação ao sigilo, os documentos eram classificados em reservados, confidenciais, secretos e ultrassecretos e, no que se refere ao grau de avaliação, recebiam notações tais como: A-1,

A-2, A-3, que representavam alta confiabilidade nas informações, indo até C-3, que indicava o menor nível de certeza. A atribuição desse grau estava relacionada à fonte que havia fornecido a informação.

A circulação desses documentos por vários órgãos que compunham o SISNI e, até mesmo por outras instâncias da repressão, dá sentido à expressão “comunidade de informações”, com a qual os próprios agentes se identificavam. O que a análise desses documentos permite entender não são os movimentos de oposição dos exilados na França, tampouco a experiência do exílio. Por meio deles, abre-se a possibilidade de compreender como esses órgãos captavam as estratégias de ação dos exilados naquela configuração histórica e, assim, acessar a “lógica da suspeição”¹⁰ que impulsionava o funcionamento do sistema de informações.

A observação dessas fontes e do seu conteúdo radicalmente anticomunista permite notar que havia uma forte preocupação com a pretensa infiltração ideológica do comunismo no Brasil e com as questões relativas às denúncias no exterior das ações repressivas do governo brasileiro. Há relatos sobre os brasileiros que viviam naquele país, não necessariamente apenas os exilados, mas aqueles que estavam apenas a passeio ou mesmo os que ali já viviam antes do golpe.

A comunidade de informações, da qual faziam parte grupos de militares que ansiavam por um maior rigor punitivo – a chamada “linha dura” –, mobilizava as orientações de uma “utopia autoritária”.¹¹ A defesa de valores de ordem moral e comportamental presente nas acusações formuladas por ela não se reduz a um mero subterfúgio para encobrir o que seria o seu verdadeiro objetivo: combater inimigos políticos. Pelo contrário, essa mescla faz parte da construção de seu discurso de inculpação dos adversários do regime. Ademais, havia um contínuo esforço por parte dos órgãos de informações para influenciar, com uma narrativa que se supunha universal, as percepções e as ações dos outros setores do governo, tendo em vista que as informações eram

¹⁰ A expressão foi criada por MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

¹¹ A definição de “utopia autoritária” foi elaborada com base na expressão criada por Maria Celina d’Araújo, Celso Castro e Gláucio Soares na coleção de depoimentos de militares por eles publicada, ver FICO, Carlos. *Op. cit.* 2001. p. 40-42.

distribuídas entre eles. O sistema de espionagem funcionava como um espaço de produção ideológica do Estado autoritário, uma espécie de “voz autorizada” dentro do regime, e o seu trabalho, indubitavelmente, contribuía para justificar o funcionamento do aparato repressivo como um todo.

Se produzir informações sempre esteve entre as funções dos diplomatas e hoje já se sabe que as tentativas de se criar um órgão com esse objetivo dentro do Itamaraty já vinham de muito antes do golpe, a instalação do CIEX não representou exatamente uma ruptura na trajetória daquela instituição. Mesmo que haja um rico debate historiográfico acerca do aparato repressivo do regime militar, muitas questões sobre o envolvimento da diplomacia com as atividades de informações naquele contexto ainda não foram respondidas. O Itamaraty foi o único ministério contemplado com um órgão de informações com esse nível de especificidade e que funcionou como o braço do SNI para além das fronteiras do Brasil.

BRASILEIROS EXILADOS NA FRANÇA

Há muitas maneiras de se conceituar a noção de “exílio” e é muito difícil delimitar fronteiras claras entre os exilados, asilados, refugiados e migrantes no caso brasileiro. Em linhas gerais, a categoria “exílio” é própria da literatura e não tem uma definição muito precisa no campo jurídico. O asilo é um instituto característico da América Latina, empregado em caso de perseguição política individualizada, pode ocorrer no território do país estrangeiro ou na embaixada do país de destino e é uma decisão política soberana do Estado acolhedor, que não está sujeita a nenhum organismo internacional. O refúgio é uma categoria jurídica internacional de alcance universal, é aplicado em casos em que a perseguição tem um aspecto mais generalizado – motivos raciais, religiosos, de nacionalidade, de grupo social, de opiniões políticas – e atinge um número elevado de pessoas. Ocorre fora do país da perseguição e é uma medida de caráter humanitário. Já a migração é caracterizada por seu aspecto econômico (CHIRIO, 2004, p. 8). No entanto, a definição de exílio adotada neste trabalho está relacionada à conotação política do fenômeno. O exilado é aquele que se refugia em um país estrangeiro, de modo forçado ou

voluntariamente, por ser perseguido institucionalmente ao discordar de um regime político e/ou econômico (ROLLEMBERG, 1999, p. 37; 44).

No contexto da ditadura militar, houve, fundamentalmente, duas ondas de saída de brasileiros rumo ao exílio.¹² A primeira, que ocorreu logo após o golpe, foi composta, sobretudo, por figuras políticas de esquerda, além de jornalistas e intelectuais, que tinham em comum a proximidade com o poder destituído. Eram, em geral, homens maduros, com profissões bem definidas, ligados a partidos políticos ou sindicatos e identificados com o projeto das reformas abortado pelo golpe. Neste grupo, estavam políticos e intelectuais renomados e que viveram a partida para o exílio como uma grande derrota de seus planos para o Brasil.

Nesse momento inicial, embora alguns exilados tenham ido diretamente para a França, Montevidéu concentrou a maior parte deles, transformando-se na capital do exílio dessa primeira fase. A ideia de exilar-se estava muito ligada à possibilidade de continuar a militância e articular a volta.

Após a outorga do Ato Institucional n. 5, em 1968, e a consequente consolidação do aparato repressivo, outro grupo de brasileiros começou a partir para o exílio. Era composto majoritariamente por jovens militantes originários do movimento estudantil, do qual saíram para integrar organizações que levaram a efeito a luta armada. Esses indivíduos eram bastante críticos às práticas partidárias tradicionais, sobretudo as posições defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e tinham a intenção de inaugurar novas formas de participação política, muito ligadas às ações revolucionárias. O exílio foi vivido por eles como um momento fundamental de sua formação como indivíduos e profissionais.

A experiência socialista no Chile, a partir de 1970, fez com que Santiago passasse a exercer grande atração sobre os exilados. O golpe de Estado chileno provocou a ida de uma segunda leva de brasileiros para a Europa, em especial Paris e, depois da Revolução dos Cravos, Lisboa. A expulsão para outro continente representou uma nova fase do exílio. A ideia da volta distanciou-se e as dificuldades com a cultura e o idioma evidenciaram-se, tornando a inserção nas sociedades europeias bastante penosa para a maior parte dos

¹² A discussão sobre o exílio será feita com base no estudo da historiadora Denise Rollemberg, já considerado uma obra clássica sobre o tema. Desta forma, opta-se por não fazer referência individualmente a cada passagem desse trabalho quando se discute o tema do exílio neste artigo. Ver ROLLEMBERG, Denise. *Entre raízes e radares*. Record: Rio de Janeiro, 1999. p. 50-58.

exilados. Com o início do processo de independência das colônias africanas, surgiram outras possibilidades de destinos para os brasileiros.¹³ Em suma, era pouco frequente que eles ficassem em apenas um país, em grande medida, pelas dificuldades de adaptação social e profissional.

Neste artigo, iremos analisar a percepção do CIEX sobre os exilados que chegaram à França nos primeiros anos após o golpe. A finalidade é observar as especificidades do tratamento conferido por aquele órgão ao primeiro grupo de brasileiros que chegou ao território francês, já que, como vimos, eles tinham características bastante específicas e que os diferenciavam daqueles que chegariam após 1968. Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento, sendo assim, em outro momento, trabalharemos com os documentos do CIEX que tratam dos anos seguintes ao AI-5, e, sobretudo, após o golpe do Chile, em 1973. Assim, em breve, será possível, a partir do estudo do caso específico do exílio brasileiro na França, fazer uma análise abrangente da atuação deste órgão e, por conseguinte, refinar a compreensão sobre o funcionamento do aparato repressivo do regime militar e sua inserção na sociedade brasileira.

Cabe acrescentar que o exílio brasileiro não foi um fenômeno de massas, mas se concentrou especialmente em grupos intelectualizados da classe média. O exílio representava uma punição, as garantias constitucionais eram totalmente perdidas e vivia-se o chamado “desenraizamento”, isto é, o rompimento forçado com a pátria, a família e a língua (RONIGER, 2009, p. 10). Ao mesmo tempo, surgia uma oportunidade de recomeçar a própria vida e também de criar novas estratégias para poder continuar a defender um projeto nacional e a lutar contra o regime (ROLLEMBERG, 1999, p. 33). Criou-se uma tensão entre o pertencimento a uma nação e o princípio da cidadania.

No caso do exílio brasileiro na França, tanto para aqueles que partiram logo após o golpe, quanto para os que foram depois do AI-5 e, principalmente, após a queda de Salvador Allende, o deslocamento representou uma ruptura com a realidade política do Brasil e o desenraizamento do universo de referências que dera sentido aos seus posicionamentos políticos. A derrota de seus projetos políticos e pessoais, a sensação de

¹³ Sobre os aspectos do exílio brasileiro na África, ver MASSENA, Andreia Prestes. Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 20:1, 2008-2009, p. 67-92.

estranheza experimentada em relação a lugares com culturas diferentes, as dificuldades de adaptação a sociedades pelas quais eram por vezes infantilizados, eram fatores que contribuíam para redefinições de identidade que geravam diversos conflitos na vida cotidiana dos exilados.

Muitos deles, por exemplo, tiveram dificuldade para garantir sua sobrevivência material, já que não conseguiam exercer a mesma profissão que tinham no Brasil. Alguns poucos foram reconhecidos profissionalmente e eram, em geral, personalidades públicas, como são os casos tratados neste texto. Assim, as instituições de auxílio aos exilados, que lhes forneciam moradia, alimentação, trabalho e documentos, foram de grande importância, porém, ao mesmo tempo, a lógica assistencialista acabava por infantilizá-los. Esse fator fez com que alguns exilados evitassem requerer o estatuto de refugiado, o que lhes permitia maior liberdade mas, por outro lado, tornava a vida mais difícil no país de acolhimento. Outro aspecto que deve ser salientado era a impossibilidade de falar a língua materna, o que era visto por eles como um impedimento da expressão de suas emoções.

A partir de meados da década de 1970, as ideias de revolução, que haviam fundamentado grande parte do pensamento e das ações das esquerdas até então, foram perdendo espaço. O fortalecimento e a internacionalização dos temas relacionados aos direitos humanos proporcionaram uma importante sensibilização da opinião pública mundial para o tema do exílio, que passou a ter grande relevância. Desenvolveu-se uma espécie de ativismo transnacional que permitia aos exilados ressoar suas denúncias com um largo alcance (RONIGER, 2010, p. 104).¹⁴

A França foi um dos países que realizou uma das maiores políticas de recepção de exilados. Determinados grupos progressistas da sociedade francesa, já bastante sensibilizados pela problemática dos direitos humanos, capitanearam uma grande campanha de solidariedade em defesa do acolhimento de latino-americanos, sobretudo

¹⁴ Sobre o caso específico da recepção das ideias relacionadas aos direitos humanos pela sociedade francesa ver FRANCO, Marina. *Op. cit.* p. 291. A ideia do desenvolvimento de redes transnacionais na configuração do cenário mundial daquele momento favorecia a difusão dos protestos elaborados pelos exilados, já que a lógica do transnacional é justamente estar acima das fronteiras nacionais e da vontade individual de cada Estado. É nesse sentido que a formação de comunicações e fóruns internacionais passou a estimular a elaboração das questões do Direito Internacional em âmbito transnacional e, portanto, contribuir para que a voz dos exilados reverberasse com mais intensidade. Ver RONIGER, Luís. “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 1, 2010. p. 104.

após a derrubada de Salvador Allende. A chegada deles ao país contribuiu para modificar a percepção dos franceses sobre aquela região. Somando-se a isso o fato de a França se reconhecer como uma “terra de asilo”,¹⁵ foi possível que os emigrados políticos fossem acolhidos pelo poder público francês e reconhecidos como refugiados. Assim, puderam gozar de determinados benefícios legais e materiais conferidos tanto pelo sistema estatal francês de proteção social como pelas redes associativas de solidariedade (FRANCO, 2007, p. 291).

Observa-se que se constituiu, principalmente entre os exilados, uma memória bastante consolidada da França como um país onde prevaleciam os valores democráticos, a tolerância e, igualmente, o caráter pouco repressivo de sua força policial. Essa imagem já era bastante presente na década de 1970 e funcionou como um estímulo para que os exilados, ao menos os que podiam escolher o seu destino, fossem para aquele país. E mesmo que tenha havido um controle policial dos estrangeiros que viviam no território francês, isso nunca foi largamente divulgado (CHIRIO, 2008, p. 145). Os próprios exilados apenas suspeitavam de uma possível troca de informações entre as polícias dos dois Estados (ROLLEMBERG, 1999, p. 144).

No entanto, exilar-se não figurou a possibilidade do exercício pleno das liberdades políticas nos países de acolhimento. A França, por exemplo, criava inúmeros empecilhos para aqueles que chegavam tendo passado antes por outros países, pois isso dificultava o controle e a seleção de quem entrava em seu território. Conferir o *status* de refugiado possibilitava o monitoramento dos estrangeiros por parte das autoridades do Estado francês. Ainda assim, o país manteve uma política muito limitativa no recebimento de exilados latino americanos, que se tornou ainda mais rígida após os movimentos de maio de 1968.

A situação dos exilados era sempre muito delicada e ambígua. Ao mesmo tempo em que eles se encontravam em um país livre, a sua condição jurídica e social era muito frágil. Havia sempre o medo de perder o *status* de refugiado ou mesmo de ser expulso da França. A liberdade de que dispunham era condicionada a uma série de negociações. Todavia, revisar a construção memorialística da França como uma terra de refugiados,

¹⁵ *France Terre d’Asile* é também o nome de uma das associações mais importantes de auxílio a refugiados.

considerando esses obstáculos impostos pelas autoridades, não significa menosprezar o fato de que o país foi efetivamente um lugar privilegiado e estratégico para o exercício de oposição à ditadura militar brasileira.

O EXÍLIO BRASILEIRO NA FRANÇA: A VISÃO DO REGIME MILITAR (1966-1968)

A preocupação com a imagem do Brasil no exterior sempre foi uma tópic entre determinados setores das elites brasileiras ao longo da história. Os militares alimentavam essa ideia e defendiam a necessidade de promover e preservar a imagem do país como uma grande potência democrática. Na década de 1970, surgiu, inclusive, a proposta de se criar uma agência internacional de propaganda estatal ligada ao MRE, o que nunca foi concretizado (FICO, 1997, p. 45-52). O objetivo deste texto é analisar de que modo o CIEX construiu a imagem dos exilados brasileiros na França nos primeiros anos após o golpe de 1964, a chamada primeira onda do exílio. Neste recorte temporal proposto, as preocupações do CIEX concentravam-se, fundamentalmente, em quatro tópicos: a possibilidade de retorno dos exilados ao Brasil, as campanhas de denúncias das arbitrariedades do regime militar, as reuniões de exilados e as viagens que faziam.

Logo em meados de 1966, o recém-criado órgão de informações, dizendo basear-se em diversos informes, observava que os exilados brasileiros em Paris estavam afastados das atividades “subversivas” efetivas e que a única forma de oposição ao governo brasileiro que exerciam eram as discussões com seus pares. Ressaltou que todos estavam entediados com a vida em Paris e viviam a se queixar dos franceses em geral.

O jornalista Raul Ryff, por exemplo, que vivia em um pequeno apartamento, comprava uma grande quantidade de jornais brasileiros, no entanto, o CIEX acrescentou, não chegava a lê-los e dizia não estar ao corrente da situação política no país (CIEX, 25/07/1966, BR_AN_BSB_IE_001_003, p. 55). Nascido em 1911, em Berna, na Suíça, Raul Ryff veio para o Brasil antes de completar um ano de idade. Na juventude, foi um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de caráter nacionalista e antifascista e que fazia oposição a Getúlio Vargas. Em 1936, foi preso pelo chefe da polícia do governo Vargas, Filinto Müller, e após o golpe que deu início ao Estado Novo,

em 1937, ele foi se exilar no Uruguai com a esposa, Beatriz Bandeira Ryff, retornando no ano seguinte. Era filiado ao PCB e exerceu o cargo de secretário de imprensa de João Goulart e, também, de Jânio Quadros, por uma década. Seu nome era um dos que constava da lista de indivíduos que tiveram seus direitos políticos cassados pelo AI-1. Primeiramente, Raul Ryff pediu asilo diplomático na embaixada na Iugoslávia, onde permaneceu por três meses, em seguida, foi para Paris, onde passou a trabalhar na Organisation de la Radio et Télévision Française e, também, como correspondente do jornal *Mundo Econômico*. Em março de 1968, o CIEIX anotou, ele solicitou ao Consulado-Geral do Brasil naquela cidade a concessão de passaporte comum para retornar ao Brasil, alegando “desejo de voltar [...] por motivo pessoal”. É lembrado ainda que, no ano anterior, ele já havia tentado obter o documento, porém, teve o pedido negado (CIEIX, 01/04/1968, BR_AN_BSB_IE_003-004, p. 7). Sabe-se que Raul Ryff retornou ao Brasil em 1968, quando foi contratado pelo *Jornal do Brasil*.¹⁶

Um dos temas mais presentes nas análises do CIEIX eram os deslocamentos dos exilados para fora do país de exílio e os contatos que buscavam fazer. Em 1966, o órgão observou que o publicitário e ex-deputado federal pelo PDC, João Dória, que vivia na França desde que tivera seus direitos políticos suspensos, tinha ido à Inglaterra para ficar dois dias na casa do pensador liberal Bertrand Russell, onde, com um espírito “revanchista”, teriam feito críticas ao governo brasileiro (CIEIX, 25/07/1966, BR_AN_BSB_IE_001_003, p. 55-56). João Dória, que ficara muito conhecido no Brasil por ter sido o criador do Dia dos Namorados, passara a incomodar os militares desde quando participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), umas das organizações que esteve envolvida na campanha de desestabilização do governo Goulart.¹⁷

A técnica de interceptação de cartas também era utilizada pelo CIEIX. Em 1966, o órgão teve acesso a uma carta enviada no ano anterior por Marcos Correia Lins a um amigo do Rio de Janeiro, na qual expunha as ideias de Miguel Arraes sobre a situação política no Brasil e as diretrizes que a oposição deveria seguir. Em síntese,

¹⁶Sobre Raul Ryff ver: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/Raul-Ryff,-o-homem-de-imprensa-e-amigo-de-Jango-10499.html>. Acesso: 30/12/2013.

¹⁷ Sobre a campanha de desestabilização do governo Goulart, ver DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

Arraes defendia a organização de uma “frente única revolucionária”, cujo objetivo imediato seria lutar contra a “ditadura” e o “domínio dos Estados Unidos sobre o Brasil, assegurado com o atual governo. Tal “frente” deveria abarcar todos os setores oposicionistas e descontentes, sem quaisquer distinções ideológicas. A liderança da “frente” caberia ao próprio Arraes, secundado pelas lideranças dos “três grandes movimentos nacionais, a saber, o PCB, a área sindical e o movimento estudantil” (CIEX, 21/10/1966, BR_AN_BSB_IE_001_006, p. 86-87).

O sociólogo Marcos Correia Lins era ex-vice-presidente da UNE e funcionário da SUDENE, cargo do qual foi demitido pouco depois do golpe, quando resolveu exilar-se em Paris. Tendo atuado como chefe de gabinete do prefeito de Recife pelo PSB, Pelópidas da Silveira, fazia parte do chamado “grupo de Arraes”, assim como seu irmão, Silvo Correia Lins, que havia sido secretário de Transportes no governo de Miguel Arraes em Pernambuco. Marcos Lins voltou para o Brasil em julho de 1966 e, segundo o CIEX, não havia trazido qualquer instrução de Arraes para os seus correligionários. Só teria procurado o grupo algum tempo depois de seu retorno, tendo demonstrado decepção com relação ao trabalho desenvolvido por eles no Brasil e desânimo quanto às possibilidades de êxito dos planos de Arraes. De acordo com o órgão, o seu regresso teria se dado apenas pela não renovação de seu contrato com o Institut de Recherches et d’Application des Méthodes de Développement, onde vinha atuando desde sua chegada à França (CIEX, 25/07/1966, BR_AN_BSB_IE_001_003, p. 56). O documento, que foi encaminhado para a agência do SNI no Rio de Janeiro, ao gabinete do ministro da Guerra e à 2ª seção do Estado Maior do Exército, traz, ao final, uma solicitação de informações atualizadas sobre Marcos Lins.

Mesmo tendo apoiado o golpe em 1964 e se destacado como um dos grandes defensores do anticomunismo, o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, passou a criticar o presidente Castelo Branco por suas “manobras continuístas”, defendendo a restauração da democracia no país. Essa atitude levou o presidente a decretar a cassação de seu mandato e a suspensão de seus direitos políticos em junho de 1966, sob a acusação de corrupção.¹⁸ Ameaçado de prisão, ele partiu para o exílio em Paris, tendo em seguida o seu passaporte diplomático cancelado. No final daquele mesmo ano, o CIEX recebeu a informação de que Ademar de Barros havia solicitado um passaporte brasileiro ao Consulado Geral do Brasil em Paris, já que o *pérmis de séjour* (permissão de estadia)

¹⁸ Ademar de Barros. ABREU, Alzira Alves de et al (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

concedido pelas autoridades francesas venceria em julho do ano seguinte. O documento foi concedido de acordo com a requisição, assim, seria válido para os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, México, França, Alemanha, Países Baixos, Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, Suíça, Noruega e Dinamarca (CIEX, 26/09/1966, BR_AN_BSB_IE_001_005, p. 87). Com o passaporte em mãos, ele viajou para Nova Iorque em novembro de 1966 (CIEX, 24/11/1966, BR_AN_BSB_IE_001_007, p. 91). Ademar de Barros morreria em Paris em março de 1969.

A divulgação de críticas ao governo brasileiro no exterior era um dos temas que mais mobilizava o CIEX. Em setembro de 1966, o órgão difundiu um documento em que alertava para uma viagem que o ex-prefeito de Natal, “jornalista profissional e notório militante comunista”, Djalma Maranhão, faria à Europa levando consigo material informativo sobre a situação política brasileira. O objetivo seria a publicação em jornais europeus “em campanha de propaganda contra o governo brasileiro”. Em Paris, iria encontrar Samuel Wainer, que o colocaria em contato com jornalistas da agência de notícias *France Press* e do jornal *Le Monde*. Djalma Maranhão, que estava exilado em Montevideú, durante sua estadia na França, costumava se corresponder com outros brasileiros exilados no Uruguai. Em uma carta enviada ao ex-almirante Cândido Aragão, que fora provavelmente violada pelo CIEX, ele o aconselhava “a seguir os ensinamentos do marxismo-leninismo, lembrando-lhe que ‘um comandante, nos dias de hoje, precisa de ideologia e deve armar-se com a dialética, para enfrentar os grandes combates militares e sociais’” (CIEX, 27/09/1966, BR_AN_BSB_IE_001_005, p. 94).

A primeira vez em que Miguel Arraes se elegeu para um cargo público foi como deputado estadual de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST), nas eleições de 1954. No pleito seguinte, foi eleito para o cargo de prefeito de Recife. Seu governo ficou marcado por ter um grande apoio popular. Realizou uma série de melhorias urbanas, como a ampliação das redes de água, esgoto e eletricidade, fez obras de iluminação, criou projetos de urbanização de áreas carentes e se destacou pela implementação do Movimento de Cultura Popular (MCP), que visava a alfabetização e a educação política de jovens e adultos. Por essa iniciativa, foi tachado de comunista pelos setores conservadores da sociedade pernambucana.

Em 1963, elegeu-se governador do estado. Suas primeiras realizações tiveram como objetivo ampliar os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, como a garantia do pagamento de um salário mínimo para os camponeses, o aumento do crédito agrícola, subvenções a gêneros de primeira necessidade, o fornecimento de remédio a preços populares, etc. No entanto, as tensões sociais que se fortaleciam por todo o país, também atingiram Pernambuco, onde Arraes buscava tomar posições cada vez mais à esquerda. Logo após o golpe, ele foi deposto do cargo e levado para a prisão. Seu nome constava da primeira lista de cassações e suspensões de direitos políticos publicada pelo novo governo. Em 1965, por meio da concessão de um *habeas corpus* pelo STF, ele foi libertado e, em seguida, deixou o país. Depois de ter sua permanência recusada na França, exilou-se na Argélia, contudo, ia frequentemente à Paris, onde morava sua irmã, Violeta Arraes, e vários de seus correligionários.¹⁹

Em outubro de 1966, o CIEIX informou que Miguel Arraes poderia estar em Paris para, em seguida, ir ao Chile. Todavia, no mesmo documento, o próprio órgão desmentia a informação, sem descartar a possibilidade de que o político estivesse realmente com a intenção de deixar Argel, onde “estava bastante decepcionado com os limitados meios de que poderia lançar mão para auxiliá-lo em seus projetos subversivos” (CIEIX, 19/10/1966, BR_AN_BSB_IE_001_006, p. 65). No ano seguinte, o CIEIX alertou para as constantes viagens de Arraes a Paris, para onde ia utilizando um passaporte diplomático argelino e hospedava-se na residência de sua irmã (CIEIX, 24/11/1967, BR_AN_BSB_IE_002_011, p. 33).

Como já mencionamos, Violeta Arraes Gervaiseau era considerada pelo CIEIX como a líder dos exilados brasileiros em Paris. Formada em Sociologia pela PUC-RJ, ela foi presidente da Juventude Universitária Católica (JUC) entre 1948 e 1950, tendo, nesse período, se tornado assistente de dom Hélder Câmara. No ano seguinte, foi fazer um estágio no Centro Internacional de Economia e Humanismo de Paris, onde conheceu o militante socialista francês, Pierre Gervaiseau, com quem viria a se casar pouco tempo depois. Em 1958, eles foram morar em Recife e lá participaram ativamente do Movimento de Cultura Popular, fundado por Miguel Arraes, e dos movimentos de educação de base,

¹⁹ Miguel Arraes de Alencar. ABREU, Alzira Alves de et al (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

juntamente com Paulo Freire. Logo após o golpe, foi presa junto com o marido, quando iam ao encontro de dom Hélder Câmara na sede da Arquidiocese de Recife. Quatro meses depois, partiu para o exílio em Paris. Nos anos seguintes, cursou uma pós-graduação em Psicologia e passou a exercer a função de psicoterapeuta, tendo auxiliado muitos brasileiros traumatizados pela tortura e mesmo pela experiência do exílio. Por seu papel no acolhimento de exilados, ficou conhecida como a “Rosa de Paris”. Sua casa se tornou uma referência para os brasileiros residentes na França, bem como um centro de divulgação da cultura nacional naquele país.

A passagem transcrita abaixo demonstra com precisão a maneira como o CIEX percebia a atuação de Violeta Arraes na capital francesa:

No que se refere à propaganda contra o governo brasileiro, esse grupo opositor parece estar bem organizado, sob a liderança de Violeta. Procurando aparentar ideias cristãs progressistas, Violeta, na realidade, promove numerosos contatos com elementos comunistas ortodoxos, bem como castristas e pró-Pequim, residentes em Paris e Argel. Dentre os brasileiros esquerdistas asilados ou refugiados nessas capitais, os projetos de Violeta são considerados como a fórmula de retorno das esquerdas ao poder no Brasil. [...] Atua como porta-voz oficioso de seu irmão. Por suas atividades, conseguiu formar ao seu redor um grupo de jovens estudantes brasileiros graças às facilidades que obtém em seu favor, sobretudo sob a forma de bolsas de estudo concedidas por órgãos do governo francês, entidades católicas e patrocinadas por padres dominicanos (CIEX, 24/11/1967, BR_AN_BSB_IE_002_011, p. 33-34).

Para os analistas do CIEX, Violeta, que teria a intenção de que seu irmão voltasse ao Brasil para ser o presidente da República, não media esforços para “deformar” a imagem externa do Brasil. Com esse intuito, buscava o auxílio de parentes e amigos para alimentar a imprensa francesa com notícias frescas sobre o país. Segundo o órgão, ela teria contatos em diversos jornais franceses, tais como o *La Croix*, o *Le Monde* e o *L’Express*.

Outra brasileira também monitorada pelo CIEX era Olga Sodré, filha do historiador Nelson Werneck Sodré. Ela não estava exilada em Paris, mas vivia ali por haver recebido uma bolsa de estudos. Durante sua permanência na cidade, ela teria se aproximado de “elementos subversivos”, além de promover encontros e palestras de exilados (CIEX, 27/06/1967, BR_AN_BSB_IE_002_006, p. 49).

Sobre a imprensa, o CIEX fez uma nota sobre um manifesto dos jornalistas franceses, que dizia ser uma “articulação” deles para que aqueles que cobrissem atividades

guerrilheiras tivessem as mesmas garantias dos correspondentes de guerra. O documento teria sido assinado por várias personalidades, como os cineastas Claude Lelouch e Alain Resnais, os jornalistas Claude Julien, Jean Lacouture, Marcel Niedergang, entre outros (CIEEX, 04/08/1967, BR_AN_BSB_IE_002_008, p. 15). A imprensa de modo geral sempre era vista com desconfiança pelos órgãos de informações do regime militar.

Nesse sentido, em 1967, o CIEEX propagou a informação de que a revista francesa *Esprit* havia publicado em seu número de julho/agosto daquele ano dois artigos sobre o Brasil. O primeiro era um relato do diretor da revista, Jean Marie Domenach, que estivera no Brasil a convite da Faculdade Cândido Mendes para participar de um ciclo de palestras intitulado “A Esquerda, impasses e alternativas”. O outro, “A Repressão no Brasil”, fora escrito pelo então deputado Márcio Moreira Alves, destacado autor de livros de oposição ao regime militar. No texto de Domenach, o analista chama atenção para a “apreciação favorável às esquerdas do Brasil”. Miguel Arraes e Oscar Niemeyer são citados pelo autor como exemplo de perseguidos políticos, apesar de criticar a “falta de agressividade dos esquerdistas brasileiros”. Para o CIEEX, o ponto mais alarmante do artigo é a defesa da organização Ação Popular, “francamente aplaudida como sucessora valente dos arremedos das organizações esquerdistas que a Revolução de 1964 desmantelou”. Já Márcio Moreira Alves, fazia ataques diretos ao governo brasileiro, qualificando-o como uma ditadura. Em suma, o órgão via a revista como parte de uma campanha internacional sistemática contra o Brasil, promovida, sobretudo, na França e com grande participação de brasileiros esquerdistas (CIEEX, 31/08/1967, BR_AN_BSB_IE_002_008, p. 96-97).

Quando chegou ao conhecimento do CIEEX que a China havia estabelecido em sua embaixada em Paris um centro de coordenação para o apoio a grupos guerrilheiros na América Latina, o CIEEX alarmou-se. O objetivo central desses centros seria o patrocínio de viagens de latino-americanos à China para oferecer-lhes cursos de técnicas revolucionárias, incluindo as despesas com o deslocamento. Além do centro de Paris, havia outro em Genebra. Este seria o responsável pelo envio dos militantes à China, aquele os prepararia para o regresso aos seus países de origem, até mesmo tomando os devidos cuidados para que não constasse de seus passaportes indícios de sua saída do continente europeu. Contudo, o órgão afirma não saber como se dava a coordenação dessas viagens a partir do

Brasil. Havia a desconfiança de que toda a articulação ocorria a partir do Uruguai poucos dias antes do embarque. Para concluir, o CIEX solicitava aos órgãos para os quais o documento seria distribuído qualquer comentário que pudessem fazer sobre o tema tratado, já que julgava necessário “ampliar o reduzidíssimo conhecimento que se tem sobre a ação subversiva da China comunista no Brasil” (CIEX, 29/05/1967, BR_AN_BSB_IE_002_005, p. 71-72). Este é um exemplo de como o CIEX mobilizava seus recursos para aumentar seu conhecimento sobre determinados países que considerava oferecerem algum perigo para a segurança nacional brasileira.

Considerações finais

Em se tratando do estudo de fenômenos recentes, há que se considerar as questões de memória que envolvem as constatações daqueles que vivenciaram, direta ou indiretamente, os fatos e, também, as análises que se constituíram a partir da reprodução de tais afirmações. O trabalho do historiador exige que se confrontem todas as evidências disponíveis, no entanto, sem a ilusão de que a história, em detrimento da memória, possa garantir o acesso indiscutível à verdade. De todo modo, é necessário poder olhar criticamente para as disputas de memória. A história acaba confrontando-se com a memória das pessoas que viveram diretamente os fatos, ou com versões que se estabeleceram como “verdade” e que podem dificultar a produção historiográfica. A memória pode servir como fonte para a história, bem como a história pode “corrigir” determinadas memórias que não são frutos de experiências passadas, mas apenas resultado de fantasias e criações. Além disso, a própria história pode reforçar certos estereótipos construídos pela memória.²⁰

Considerar essas questões é fundamental quando se trata de analisar os temas discutidos neste texto. O exílio, por exemplo, foi durante algum tempo parcialmente “esquecido” pela memória de esquerda e pela historiografia. Se, inicialmente, poucas testemunhas dispunham-se a falar, havia também uma percepção ambígua da questão. Ao mesmo tempo em que os retornados foram brevemente considerados como heróis, o exílio

²⁰ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001. p. 63.

foi visto por certos opositores que permaneceram no Brasil como uma renúncia à luta e uma experiência privilegiada de alguns.

Da mesma forma, o Itamaraty sempre foi considerado por certa memória como um órgão imune a partidarismos e ideologias. A atuação do CIEX demonstra que, contrariamente a esta perspectiva, o serviço diplomático brasileiro atuou de modo articulado aos órgãos repressivos do regime militar brasileiro, compartilhando de seus objetivos de combate ao comunismo para, nesse sentido, garantir a segurança nacional.

As observações feitas pelo CIEX sobre o primeiro grupo de brasileiros que foi se exilar na França deixam transparecer que o órgão não via que as atividades daqueles indivíduos, que eram todos personalidades públicas, pudessem representar qualquer perigo para a ordem política do Brasil. A sua maior preocupação era com os danos eles que poderiam causar à imagem externa do país, pois, constantemente, faziam chegar à imprensa francesa material que denunciava a política repressiva do governo brasileiro. Embora esse fator causasse imenso incômodo aos meios oficiais, as autoridades muito pouco podiam fazer para conter a imprensa estrangeira.

Em suma, o CIEX possuía agentes infiltrados na França, o que permitia a vigilância acirrada dos exilados, tal como mostram as informações detalhadas sobre a vida desses brasileiros, os seus encontros, suas atividades cotidianas, as transcrições de suas correspondências, etc. Mesmo que o órgão tenha sido criado para atuar em outros países, a sua finalidade não era a repressão, mas o fornecimento de informações para o demais componentes do aparelho repressivo brasileiro. Entretanto, ainda não é possível afirmar se houve efetivamente a realização de ações repressivas no exterior, tampouco se puderam contar com a colaboração da polícia dos países onde se encontravam os brasileiros exilados.

Esse tipo de interpretação sobre a história recente só começou a surgir a partir do processo de restabelecimento do regime democrático, da crise que eliminou o predomínio acadêmico do marxismo, da liberação do acesso a documentos sigilosos do Estado autoritário e, sobretudo, do movimento, ainda bastante incipiente, de crítica à construção de memórias heroicizantes sobre o período. Fatores que tendem a reduzir esse contexto a um enfrentamento entre a ditadura que oprime e a sociedade que resiste, ignorando a

complexidade daquele processo histórico e a variedade de nuances das diversas posições políticas em jogo.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de et al (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do barão (1912-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001. v. I.

_____. *Os sucessores do barão (1964-1985)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. v. II.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire (1964-1979)*. 2004. Mémoire de DEA – Université Paris I, Sorbonne.

_____. "Les exilés brésiliens et la police française: un exemple de contrôle politique dans un pays d'accueil". In. ROLLAND, Denis; SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *L'exil brésilien en France. Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 145-158.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- FRANCO, Marina. *Exílio. Argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
- LONGHI, Carla Reis. *Ideias e práticas do aparato repressivo: um olhar sobre o acervo do Deops/SP – a produção do SNI em comunicação com o Deops/SP*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- MASSENA, Andreia Prestes. “Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 20:1, 2008-2009, p. 67-92.
- PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986). In: FICO, C. (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 163-172.
- _____. “Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX) - O elo perdido da repressão”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 79-92, 2008.
- _____. “O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1984)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 2/2009, p. 43-62, 2009.
- QUADRAT, Samantha Viz. *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- ROLLAND, Denis; SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *L'exil brésilien en France. Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. *Entre raízes e rades*. Record: Rio de Janeiro, 1999.

RONIGER, Luís. “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

SETEMY, Adrianna Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. 2013. 341 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The Politics of Exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.